

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	60
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	572.078.479
Preferenciais	578.578.081
Total	1.150.656.560
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	5.967.373	5.556.532
1.01	Ativo Circulante	1.102.550	1.050.772
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.452	351.382
1.01.02	Aplicações Financeiras	426.532	100.815
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	426.532	100.815
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	426.532	100.815
1.01.03	Contas a Receber	355.642	345.614
1.01.03.01	Clientes	349.011	339.393
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.631	6.221
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	6.631	6.221
1.01.04	Estoques	121.117	116.404
1.01.06	Tributos a Recuperar	175.179	125.054
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	175.179	125.054
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.628	11.503
1.01.08.03	Outros	17.628	11.503
1.02	Ativo Não Circulante	4.864.823	4.505.760
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.176.097	1.133.589
1.02.01.04	Contas a Receber	15.607	18.712
1.02.01.04.01	Clientes	13.197	15.765
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.410	2.947
1.02.01.07	Tributos Diferidos	60.327	56.696
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.327	56.696
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.100.163	1.058.181
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	98.471	100.348
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	121.771	20.904
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	844.461	895.534
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	35.460	41.395
1.02.02	Investimentos	32	32
1.02.02.01	Participações Societárias	32	32
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	32
1.02.03	Imobilizado	49.699	53.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	49.699	53.546
1.02.04	Intangível	3.638.995	3.318.593
1.02.04.01	Intangíveis	3.638.995	3.318.593
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.668.230	1.703.528
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.970.765	1.615.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	5.967.373	5.556.532
2.01	Passivo Circulante	972.082	953.579
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	106.623	83.460
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.864	19.337
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	90.759	64.123
2.01.02	Fornecedores	102.785	164.093
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	102.785	164.093
2.01.03	Obrigações Fiscais	192.394	153.188
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	191.174	152.070
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	140.257	104.906
2.01.03.01.02	REFIS	693	149
2.01.03.01.03	COFINS	12.284	12.332
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	26.710	24.615
2.01.03.01.05	Outros	11.230	10.068
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.220	1.118
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	460.244	400.833
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	213.608	167.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	112.412	65.011
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	101.196	102.538
2.01.04.02	Debêntures	206.692	203.433
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	39.944	29.851
2.01.05	Outras Obrigações	55.477	62.068
2.01.05.02	Outros	55.477	62.068
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	51.198	56.951
2.01.05.02.07	Outros	4.279	5.117
2.01.06	Provisões	54.559	89.937
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	54.559	89.937
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	54.559	89.937
2.02	Passivo Não Circulante	2.419.866	2.344.544
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.134.647	2.031.497
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	934.369	1.170.592
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	277.932	360.553
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	656.437	810.039
2.02.01.02	Debêntures	1.188.256	836.614
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	12.022	24.291
2.02.02	Outras Obrigações	135.313	140.123
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	52.094	41.084
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	52.094	41.084
2.02.02.02	Outros	83.219	99.039
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	64.953	80.773
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.03	Tributos Diferidos	51.748	55.639
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.748	55.639
2.02.04	Provisões	98.158	117.285
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.158	117.285

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.487	6.487
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	30.434
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	75.911	76.072
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	15.760	4.292
2.03	Patrimônio Líquido	2.575.425	2.258.409
2.03.01	Capital Social Realizado	1.355.289	1.355.289
2.03.02	Reservas de Capital	52.026	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	52.026	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	74.803	76.325
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	74.803	76.325
2.03.04	Reservas de Lucros	736.576	736.576
2.03.04.01	Reserva Legal	49.576	49.576
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	687.000	687.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	272.512	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	59.069	65.069
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	25.150	25.150

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	520.465	1.625.414	496.640	1.425.943
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-258.657	-763.658	-242.421	-722.306
3.03	Resultado Bruto	261.808	861.756	254.219	703.637
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.325	-339.894	-95.235	-290.350
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.450	-96.818	-30.712	-92.459
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.406	-249.977	-72.754	-226.797
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	1.710	0	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	9.026	8.335	29.500
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-179	-2.125	-104	-594
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	150.483	521.862	158.984	413.287
3.06	Resultado Financeiro	-11.770	-72.169	-48.558	-149.622
3.06.01	Receitas Financeiras	22.150	65.186	12.681	50.380
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.920	-137.355	-61.239	-200.002
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	138.713	449.693	110.426	263.665
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.305	-132.736	-37.322	-89.441
3.08.01	Corrente	-32.477	-140.258	-37.862	-89.538
3.08.02	Diferido	3.172	7.522	540	97
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	109.408	316.957	73.104	174.224
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	109.408	316.957	73.104	174.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09053	0,26227	0,06085	0,14502
3.99.01.02	PN	0,09958	0,2885	0,06618	0,15773

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	109.408	316.957	73.104	174.224
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-49.491	-44.445	2.553	7.685
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	3.758	11.403	3.868	11.641
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-1.290	-3.889	-1.315	-3.958
4.02.03	Baixa de investimentos	8	8	0	2
4.02.04	Dividendos e juros de capital próprio	-51.967	-51.967	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.917	272.512	75.657	181.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	322.666	205.653
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	453.896	291.039
6.01.01.02	Lucro Líquido do Exercício	316.957	174.224
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	130.433	123.837
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	8.663	8.094
6.01.01.05	AVP de Direito de Uso de Bem	3.759	3.149
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	-7.522	-97
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-161	-15.487
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	1.230	439
6.01.01.10	Outros Ajustes	537	-3.120
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-131.230	-85.386
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-7.050	-32.020
6.01.02.02	Partes Relacionadas	10.600	8.318
6.01.02.03	Estoques	-4.713	11.353
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	1.877	6.552
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-50.125	-61.888
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	23.163	15.158
6.01.02.07	Tributos a Recolher	23.386	67.445
6.01.02.08	PDVI	-65.812	-62.053
6.01.02.09	Fornecedores	-61.308	-18.250
6.01.02.10	Convênios com prefeituras	143	0
6.01.02.12	Pagamento de Dividendos	-5.753	-12.052
6.01.02.13	Plano previdenciário	11.468	0
6.01.02.14	Outros	-7.106	-7.949
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-506.674	-427.156
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-506.674	-442.870
6.02.04	Baixa de Imobilizado e Intangível devido à Municipalização	0	15.712
6.02.05	Outros ajustes	0	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	164.795	-83.830
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	566.530	133.492
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-401.794	-228.064
6.03.06	Conversão de dividendos e recebimento em especie para AFAC	52.026	10.742
6.03.07	Destinação de Dividendos e JCP	-51.967	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.213	-305.333
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	452.197	455.782
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	432.984	150.449

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.355.289	0	736.576	0	166.544	2.258.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.355.289	0	736.576	0	166.544	2.258.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4	52.022	0	-51.967	0	59
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-51.967	0	-51.967
5.04.08	Subscrição Minoritária ações ordinárias e preferenciais	4	0	0	0	0	4
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	52.022	0	0	0	52.022
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	316.957	0	316.957
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	316.957	0	316.957
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.522	-7.522	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.403	-11.403	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.889	3.889	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	8	-8	0
5.07	Saldos Finais	1.355.293	52.022	736.576	272.512	159.022	2.575.425

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	130.742	-120.000	0	0	0	10.742
5.04.08	Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	130.735	-130.735	0	0	0	0
5.04.09	Aumento de Capital Minoritários	7	0	0	0	0	7
5.04.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Governo do Estado	0	10.735	0	0	0	10.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.224	0	174.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.224	0	174.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.685	-7.685	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.641	-11.641	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.958	3.958	0
5.06.04	Baixas de investimentos	0	0	0	2	-2	0
5.07	Saldos Finais	1.355.289	0	541.051	181.909	110.295	2.188.544

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	1.757.810	1.562.749
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.795.136	1.573.449
7.01.02	Outras Receitas	6.901	28.906
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-44.227	-39.606
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-476.109	-465.842
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-272.588	-260.824
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-193.449	-193.459
7.02.04	Outros	-10.072	-11.559
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.281.701	1.096.907
7.04	Retenções	-161.254	-153.154
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-130.433	-123.837
7.04.02	Outras	-30.821	-29.317
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-8.663	-8.094
7.04.02.02	Amortização dto de uso de bem	-22.158	-21.223
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.120.447	943.753
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.186	50.380
7.06.02	Receitas Financeiras	65.186	50.380
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.185.633	994.133
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.185.633	994.133
7.08.01	Pessoal	365.432	324.936
7.08.01.01	Remuneração Direta	248.492	229.163
7.08.01.02	Benefícios	93.658	72.358
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.968	17.650
7.08.01.04	Outros	4.314	5.765
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	365.889	294.971
7.08.02.01	Federais	365.567	294.636
7.08.02.02	Estaduais	280	294
7.08.02.03	Municipais	42	41
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	137.355	200.002
7.08.03.01	Juros	182.805	159.391
7.08.03.03	Outras	-45.450	40.611
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	-54.933	24.175
7.08.03.03.02	Outras	471	1.204
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	9.012	15.232
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	316.957	174.224
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	316.957	174.224

Comentário do Desempenho



Comentários dos resultados até o 3º Trimestre 2025 em milhares de Reais

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, social e sustentável”, através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO E INDICADORES RELACIONADOS

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 3º trimestre de 2025 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	30/09/2025	30/09/2024	Variação	Δ%
Ligações de Água*	857.514	857.315	199	0,0%
Ligações de Esgoto	164.155	155.849	8.306	5,3%
Unidades Autônomas de Água	1.308.994	1.293.311	15.683	1,2%
Unidades Autônomas de Esgoto	408.315	385.654	22.661	5,9%
Volume Faturado de Água (1.000m ²)	140.647	139.802	845	0,6%
Volume Faturado de Esgoto (1.000m ²)	35.702	33.326	2.376	7,1%
População. Abast. c/ Água	2.935.996	2.729.924	206.072	7,5%
Índice de Abast. De Água	95,87%	97,48%	0	-1,7%
População. Atendida c/Esgoto	901.168	853.482	47.686	5,6%
Índice de Abast. De Esgoto	29,43%	30,59%	0	-3,8%
Número de Empregados	2.744	2.792	-48	-1,7%
Ligações (A+E) /Empregados	372,33	362,88	9	2,6%
Desp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	26,82%	27,33%	0	-1,9%

* não tiveram maior crescimento devido ao fim da operação no município de Concórdia.

Os números do mercado de atuação do 3º trimestre de 2025 demonstram a continuidade dos avanços nas metas da Companhia, especialmente na ampliação do acesso aos serviços de esgotamento sanitário e no aumento da população atendida com água.



Comentário do Desempenho

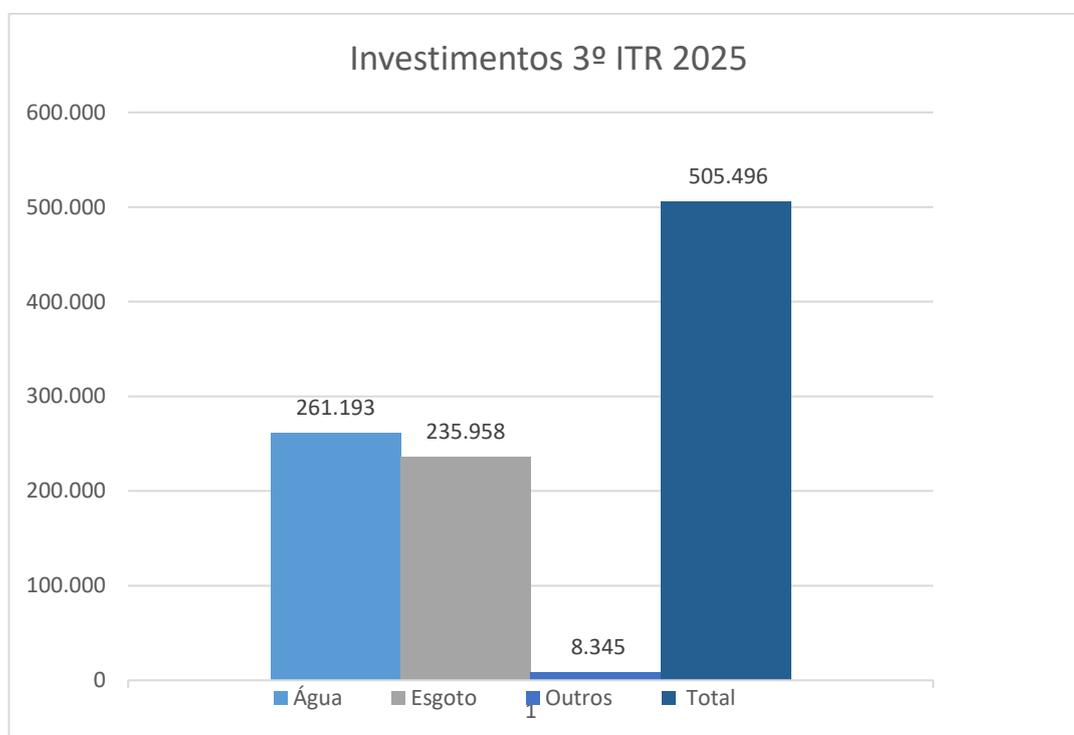
Observa-se também uma melhora na produtividade dos empregados e maior eficiência no uso dos recursos, pela redução do índice de despesas com pessoal em relação à receita operacional líquida.

Nesse 3º trimestre apresentou desempenho equilibrado e sustentável, com avanços em cobertura de esgoto, crescimento no volume faturado e melhoria da eficiência operacional, mesmo com redução do quadro de pessoal.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia segue focada na execução do seu plano de investimentos para desenvolver e expandir os serviços, em razão de seu compromisso com os municípios operados e a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas direta e indiretamente no Estado, no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

Nesse sentido, foram aplicados até setembro de 2025 o montante de R\$505.496, conforme abertura apresentada no gráfico a seguir



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO ATÉ O TRIMESTRE

4.1. ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2024

Ativo

No comparativo entre 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o ativo total apresentou um aumento de 7,4%, passando de R\$5.556.532 para R\$5.967.373, devido principalmente ao aumento nos ativos de contratos (obras em andamento) em R\$355.700.



Comentário do Desempenho

Ativo Circulante

O Ativo Circulante apresentou um aumento relevante de 4,9%, passando de R\$1.050.772 em 31 de dezembro de 2024 para R\$1.102.550 em 30 de setembro de 2025.

Essa variação no Ativo Circulante está diretamente ligada ao aumento de Impostos e contribuições antecipados/recuperar, decorrente principalmente do aumento do lucro.

Ativo Não Circulante

Verificou-se um acréscimo de 8% em relação ao mês de dezembro, com o total evoluindo de R\$4.505.760 para R\$4.864.823. Esse aumento deve-se, principalmente, à elevação do saldo na conta ativos de contratos (obras em andamento), decorrente do nosso elevado programa de investimentos.

Passivo

O aumento do passivo em 2,8%, passando de R\$ 3.298.123 para R\$3.391.948 foi devido principalmente ao aumento da conta empréstimos e financiamentos em R\$164.737, aumento de 6,9% em relação ao fechamento de 2024.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um leve crescimento de 2%, passando de R\$953.579 para R\$972.082 mantendo estabilidade.

O principal aumento ocorreu no grupo de Empréstimos e Financiamentos, que registrou acréscimo de R\$49.318. Adicionalmente, houve elevação nas Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e nos Impostos e Contribuições a Recolher, influenciadas por reajustes salariais, provisões adicionais e maior base tributável no período.

Por outro lado, observou-se uma redução significativa no saldo de Fornecedores e Empreiteiros, com diminuição de R\$61.308, o que indica melhora na gestão dos compromissos com terceiros. O item Plano de Demissão Voluntária (PDV) também apresentou queda expressiva, decorrente da liquidação gradual das obrigações assumidas no programa.

As contas de Dividendos Propostos e Outros Passivos demonstraram retração moderada, sinalizando ajustes pontuais na política de distribuição e na estrutura de provisões. Em sentido oposto, os Contratos de Arrendamento Mercantil, reconhecidos conforme CPC 06 (R2), tiveram aumento de curto prazo em razão de novos contratos

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante teve um aumento de 3,0%, totalizando R\$2.419.866 em 30 de setembro de 2025, ante R\$2.344.544 em 31 de dezembro de 2024. A rubrica que mais contribuiu para essa variação foi a conta de Empréstimos e Financiamentos com aumento de R\$115.419. Destaca-se também o fim das obrigações de longo prazo relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI), cujo os pagamentos encerram em 2026.

Comentário do Desempenho



4.2. RESULTADO – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional Líquida

No 3º trimestre de 2025, a Receita Bruta da Companhia totalizou R\$1.795.136, representando um crescimento de 14% em relação ao mesmo período de 2024.

No acumulado do ano de 2025, a Receita Líquida da Companhia totalizou R\$1.625.414, representando um crescimento de 14% em relação ao mesmo período de 2024.

Esse desempenho foi impulsionado pelas receitas de tarifas de água e esgoto, que registraram aumentos expressivos, ocasionado principalmente pela revisão tarifária de 16,1% (a partir de junho de 2024) e também pelo crescimento dos volumes faturados e base total de clientes.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita, em milhões de reais:

	3º ITR 2025	3º ITR 2024	Δ R\$	Δ %
Tarifas de água	1.373.608	1.217.581	156.027	12,8%
Tarifas de esgoto	406.421	338.272	68.149	20,2%
Outras	15.107	17.596	-2.489	-14,2%
Total Receita Bruta	1.795.136	1.573.449	221.687	14,1%
Deduções da receita PIS e COFINS	-169.722	-147.507	-22.215	15,1%
Total Receita Líquida	1.625.414	1.425.943	199.471	14,0%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de apenas 6,61% (de R\$1.041.562 para R\$1.110.453, conforme detalhamento apresentado no quadro a seguir:

	3º ITR 2025	3º ITR 2024	Δ R\$	Δ %
Pessoal	435.951	389.732	46.219	11,9%
Materiais	76.016	79.273	-3.258	-4,1%
Serviços de Terceiros	261.884	258.850	3.033	1,2%
Gerais	139.784	129.039	10.745	8,3%
Depreciação, Amortização e Prov.	196.818	184.667	12.151	6,6%
Total	1.110.453	1.041.562	68.890	6,6%

As principais variações verificadas nos grupos foram:

Pessoal, com aumento de 11,86% ocasionado principalmente pelos reajustes salariais, com base no INPC de 5,3% em 2025 (data base maio) e progressões de carreira dos colaboradores, além do evento não recorrente de equacionamento déficit atuarial previdenciário de R\$12.400.

Comentário do Desempenho



Gerais e Administrativas, com aumento de 8,3% ocasionado principalmente pelo aumento em Fundos para programas municipais em R\$11.196 (19%).

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o resultado financeiro teve uma variação de -51,8% (de -R\$149.622 para -R\$72.169). Decorrente principalmente da redução expressiva das despesas financeiras, em virtude das variações cambiais negativas dos empréstimos em moeda estrangeira.

	3º ITR 2025	3º ITR 2024	Variação	Variação %
Receitas financeiras	65.186	50.380	14.806	29,4%
Despesas financeiras	(137.355)	(200.002)	62.647	-31,3%
Total	(72.169)	(149.622)	77.453	-51,8%

Lucro Líquido do Exercício

No 3º ITR de 2025, a Companhia apurou um Lucro Líquido expressivo de R\$316.957, representando um crescimento notável de 81,9% em relação ao mesmo período de 2024 que foi de R\$174.224. O aumento expressivo foi ocasionado principalmente pelo aumento da receita líquida, com um forte crescimento do Resultado Operacional e uma melhora significativa no Resultado Financeiro.

	3º ITR 2025	3º ITR 2024	Variação	Variação %
Resultado Operacional	521.862	413.287	108.575	26,3%
Resultado Financeiro	(72.169)	(149.622)	77.453	-51,8%
Tributos sobre o Lucro	(132.736)	(89.441)	(43.295)	48,4%
Lucro Líquido	316.957	174.224	142.733	81,9%

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

No 3º ITR de 2025, o EBITDA da Companhia alcançou R\$683.116, um aumento de 21% em relação aos R\$566.441 registrados no 3º ITR de 2024. A margem EBITDA também apresentou um crescimento, passando de 39,7% em setembro de 2024 para 42% em setembro de 2025, o que representa uma variação positiva de 6%.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de setembro de 2025, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 192 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 193 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 172 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Notas Explicativas

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS							
2025	11	2034	7	2043	14	2052	1
2026	13	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11	Sem ou	
2031	1	2041	2	2049	13	vencido	12
2032	3	2042	12	2050	8		

Total de 193 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e na execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e alterada pela Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76, n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de outubro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo.
- O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

Notas Explicativas

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.



Notas Explicativas

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.
- Recebíveis: são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.



Notas Explicativas

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda



Notas Explicativas

identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.



Notas Explicativas

- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2024 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a Empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício



Notas Explicativas

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.



Notas Explicativas

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.



Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por Segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.



Notas Explicativas

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

Notas Explicativas

- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
Vencimento das Prestações	Ano 2025	Ano 2024
2024	-	11.941
2025	34.906	31.854
2026	33.128	19.687
2027	4.401	1.044
2028	2.063	696

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/ 2024	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	30/09/ 2025
Não Circulante					
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	41.395	16.174	(264)	(21.845)	35.460
PASSIVO					
Contratos de Arrendamento Mercantil	54.142	16.174	(17.403)	(947)	51.966
Circulante	29.851				39.944
Não Circulante	24.291				12.022

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida,



Notas Explicativas

tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de Crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2025.

Em milhares de reais

Notas Explicativas

operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		10/2025 a 09/2026	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		336.898	379.010	294.786	421.123	252.674	505.347	168.449
CAIXA	UPR	17.506	19.694	15.318	21.882	13.130	26.258	8.752
Debêntures Simples	CDI	152.902	172.015	133.789	191.128	114.677	229.353	76.451
Debêntures Incentivada	IPCA	120.824	135.927	105.721	151.030	90.618	181.236	60.412
Banco do Brasil	CDI	32.539	36.606	28.472	40.674	24.404	48.809	16.270
ABC	CDI	13.127	14.768	11.486	16.409	9.845	19.691	6.564
Indexador: CDI		14,90	16,7625	13,0375	18,625	11,175	22,35	7,45
IPCA		-0,11	-0,12	-0,10	-0,14	-0,08	-0,17	-0,06
UPR		23,03214	25,91116	20,15312	28,79018	17,27412	34,548212	11,51607

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda 30/09/2025		+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%	
Passivo Financeiro		757.633	815.895	662.928	947.040	568.224	1.136.448	378.816
AFD	Euro	126.898	142.760	111.036	158.622	95.174	190.346	63.448
JICA	Ien	337.224	379.376	295.070	421.529	252.917	505.835	168.612
FONPLATA	Dolar	293.511	293.759	256.822	366.889	220.133	440.267	146.756
Cotação: Euro		6,2414	7,021575	5,461225	7,80175	4,68105	9,3621	3,1207
Ien		0,03595	0,04044375	0,03145625	0,0449375	0,0269625	0,053925	0,017975
Dolar		5,31860	5,3231	4,6538	6,6483	3,9890	7,9779	2,6593

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

Notas Explicativas

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.542.925	2.378.188
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(6.452)	(351.382)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(426.532)	(100.815)
Dívida Líquida	2.109.941	1.925.991
Total do Patrimônio Líquido	2.575.425	2.258.409
Capital Total	5.118.350	4.636.597
Índice de Alavancagem	41%	42%
Participação de Capital Próprio	50%	49%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	30/09/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.452	351.382
Aplicações Financeiras e Títulos	426.532	100.815
Contas a Receber de clientes (Líquido de PDD)	362.208	355.158
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.785.292)	(1.465.611)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(757.633)	(912.577)



Notas Explicativas

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que



Notas Explicativas

sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Notas Explicativas

Receita Operacional e Resultado:

	30/09/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.388.645	406.491	1.795.136
Deduções da receita bruta	(131.336)	(38.386)	(169.722)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.257.309	368.105	1.625.414
Amortização operacional			(102.602)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(661.056)
Lucro bruto			861.756
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(346.795)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			6.901
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			521.862

	30/09/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.235.107	338.343	1.573.450
Deduções da receita bruta	(115.873)	(31.634)	(147.507)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.119.234	306.709	1.425.943
Amortização operacional			(97.883)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(624.423)
Lucro bruto			703.637
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(319.256)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			28.906
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			413.287

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Superintendência:

	30/09/2025		30/09/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	607.682	254.096	532.963	218.849
Sul/Serra	262.155	72.682	227.616	53.586
Oeste	286.048	55.373	269.713	47.055
Norte/Vale	232.760	24.340	204.814	18.853
Total	1.388.645	406.491	1.235.106	338.343

Receita Operacional por Município:

	30/09/2025		30/09/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	319.048	188.534	277.444	162.505
Chapecó	89.016	37.392	75.264	30.723
Criciúma	101.327	43.713	87.907	37.419
Rio do Sul	36.087	1.579	30.944	1.292
São José	130.932	50.194	117.569	45.541



Notas Explicativas

Outros	712.235	85.079	645.978	60.863
Total	1.388.645	406.491	1.235.106	338.343

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Bancos	6.452	351.382
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	6.452	351.382

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$426.532 (R\$100.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de R\$14.187, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregular a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14.187 milhões investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

Notas Explicativas

Conforme descrito na Nota 13.3 – Outros Créditos a Receber, a Companhia obteve recuperação parcial de valores relacionados a este mesmo evento, por meio do ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença, resultando em Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com condições de pagamento parcelado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante		
Consumidores finais	318.388	294.979
Entidades públicas	29.653	30.054
Consumo a faturar	96.005	98.556
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(95.035)	(84.196)
Total Circulante	349.011	339.393
Não circulante		
Consumidores finais	8.125	9.814
Entidades públicas	5.072	5.951
Total Não circulante	13.197	15.765
Total Contas a Receber de Clientes	362.208	355.158

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2025, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	Total
Comercial	29.906	7.119	2.541	8.571	48.137
Industrial	5.535	888	220	722	7.365
Pública	18.162	4.630	4.006	19.352	46.150
Residencial	121.878	52.566	18.752	66.390	259.586
Consumo a faturar	96.005	-	-	-	96.005
	271.486	65.203	25.519	95.035	457.243
PCLD	-	-	-	(95.035)	(95.035)
Total Contas a Receber	271.486	65.203	25.519	-	362.208

Notas Explicativas

9.1. Reajuste Tarifário e Nova Tarifa Social

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 321/2025, de 21 de janeiro de 2025; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 048/2024, de 13 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 276/2024, de 21 de novembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 183/2024, de 13 de dezembro de 2024, autorizaram o reajuste de 5,56% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de março de 2025.

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 313/2024, de 30 de dezembro de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10 de dezembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 177/2024, de 09 de dezembro de 2024 autorizam Nova Tabela de Tarifa Social da CASAN, com desconto de 50% no valor na TFDI e na primeira faixa de consumo, em linha com a Lei Federal nº 14.898/2024.

Intervalo R\$/m ³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	R\$22,85
0 a 15	R\$1,52
16 a 25	R\$14,12
26 a 50	R\$18,88
Acima de 50	R\$23,76

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

(**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

Esgoto sobre Rodas:

Implantando um novo formato de prestação de serviços de esgotamento sanitário, que leva em conta a característica de baixa densidade populacional, da maioria dos municípios em que a CASAN opera, as Agências Reguladoras: ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Deliberação nº 021/2025, de 10 de junho de 2025 autorizam a Tabela Tarifária aplicável à nova prestação do serviço de gerenciamento, coleta e tratamento de efluentes provenientes de soluções individuais de esgotamento sanitário pela CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), conforme apresentado a seguir:

Intervalo R\$/m ³	Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário
Residencial	R\$31,84
Social	R\$15,92
Comercial	R\$35,02
Industrial	R\$35,02
Pública	R\$35,02

(*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura



Notas Explicativas

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	30/09/2025	31/12/2024
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	121.117	116.404

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	102.808	82.604
Contribuição Social a compensar	38.780	30.463
Impostos retidos a recuperar	25.329	11.881
Outros	8.262	106
Total	175.179	125.054

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	7.780	7.709
Convênios com prefeituras	198	342
Adiantamentos a empregados	7.233	1.395
Pagamentos reembolsáveis	1.189	1.085
Outros créditos	1.228	972
Total	17.628	11.503

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

Notas Explicativas

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2025, R\$844.461 (R\$895.534 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Ajustes	Saldo em 30/09/2025
Ativos Financeiros de Contrato	895.534	50.113	(101.186)	844.461

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 30 de setembro de 2025 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2024	Saldo Contábil 30/09/2025
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Concordia	100.867	12.608	8	-	100.867
Total	141.496	18.554		19.725	121.771

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas



Notas Explicativas

ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					580.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com a CASAN (com as seguintes condições de pagamento: 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior).

Esses valores referem-se à recuperação parcial dos investimentos mencionados na Nota 8.2 – Reconhecimento de perda em investimento.

	30/09/2025	31/12/2024
Outros Créditos a Receber	2.410	2.947

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:



Notas Explicativas

Natureza da Provisão:	30/09/2025				31/12/2024
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	95.035	23.759	8.553	32.312	28.626
Contingências trabalhistas	6.487	1.622	584	2.206	2.206
Contingências cíveis	75.910	18.977	6.832	25.809	25.864
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Total	177.432	44.358	15.969	60.327	56.696
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				60.327	56.696

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2024	Creditado /Debitado à DRE	31 de dezembro de 2024	Creditado /Debitado à DRE	30 de setembro de 2025
Provisão crédit. liquid. duvidosa	25.058	3.568	28.626	3.686	32.312
Provisão para contingências	26.286	1.784	28.070	(55)	28.015
Prejuízo Fiscal	1.982	(1.982)	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	53.326	3.370	56.696	3.631	60.327

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2024 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/09/2025 Líquido
Sistema de Água	652.103	(73.041)	(33.460)	114.259	659.861
Sistema de Esgoto	1.051.425	(59.742)	(67.047)	83.733	1.008.369
Total	1.703.528	(132.783)	(100.507)	197.992	1.668.230

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2025.
Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/09/2025	31/12/2024
Produção	516.942	413.315
Distribuição	77.148	56.547
Projetos e obras de operação Imediata	75.366	74.334
Total Água	669.456	544.196
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.238.249	1.027.323
Projetos e obras de operação Imediata	17.505	11.748
Total Esgoto	1.255.754	1.039.071
Projetos e obras administrativas	16.921	12.264
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	28.634	19.534
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	45.555	31.798
Total Ativos de Contrato	1.970.765	1.615.065

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2024	Adições	Transferências	30/09/2025
Ativos de Contrato	1.615.065	459.738	(104.038)	1.970.765

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2024 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições /Transf.	30/09/2025 Líquido
Ativos Administrativos	53.546	(6.657)	(410)	3.220	49.699

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPÉU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30/09/2025	31/12/2024
Ativos reavaliados	209.947	219.282
Tributos sobre a reavaliação	(52.748)	(55.639)
Saldo da reavaliação	152.199	163.643

15.4. Investimentos no período

De janeiro a setembro de 2025, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$505.496**.

Notas Explicativas

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Sistema	Obra
São Jose e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Chapecó	Esgoto	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Mantelli)

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30/09/2025	31/12/2024
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados primordialmente a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	30/09/2025		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	133.350	(6.452)	126.898
Japan International Cooperation Agency - JICA	353.968	(16.744)	337.224
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	388.403	(94.892)	293.511
Total de Operações líquidas no exterior	875.721	(118.088)	757.632
Caixa Econômica Federal – CAIXA	251.990	(77.101)	174.889
Debêntures	2.152.859	(757.911)	1.394.948
Banco do Brasil	198.557	(35.134)	163.423
Banco ABC	72.505	(20.473)	52.032
Total Operações Líquidas no país	2.675.911	(890.619)	1.785.292
Total Empréstimos e Financiamentos	3.551.632	(1.008.707)	2.542.925



Notas Explicativas

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2025, pelos seus valores líquidos e os encargos incidentes sobre cada fonte de recursos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes a.a.
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	64.636	65.609	62.262	96.309	5,39%, 3,59% e 3,68%
Japan International Cooperation Agency - JICA	35.572	36.777	301.652	373.153	1,20%
Fundo Financ. Desenv. da Bacia do Prata - FONPLATA	988	152	292.523	340.577	3,59%+SOFR
Total de Operações no exterior	101.196	102.538	656.437	810.039	
Caixa Econômica Federal	15.001	14.197	159.888	168.348	8,5% + TR
Debêntures CASN12	-	169.832	-	116.757	CDI + 5,75%
Debêntures CASN13	152.490	30.376	339.933	458.227	CDI + 5,5%
Debêntures CASN23	30.755	3.225	270.496	261.630	IPCA + 10,32%
Debêntures CASN14	886	-	120.763	-	CDI + 2,3%
Debêntures CASN24	14.560	-	305.898	-	IPCA + 9,98%
Debêntures CASN34	8.001	-	151.166	-	IPCA + 10,65%
Banco Safra	-	3.939	-	-	CDI + 0,2304%
Banco ABC 25	12.984	6.668	9.375	18.750	CDI + 3,6%
Banco ABC 47	17.232	8.849	12.441	24.882	CDI + 3,15%
Banco do Brasil 25	12.660	5.343	10.416	19.791	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 45	11.565	24	33.751	45.000	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 47	11.876	7.691	5.875	14.687	CDI + 2,5%
Banco do Brasil 50	13.271	7.809	18.478	28.261	CDI + 2,6%
Banco do Brasil 70	17.823	10.491	27.708	40.834	CDI + 2,45%
Total de Operações no país	319.104	268.444	1.466.188	1.197.167	
Total de Empréstimos e Financiamentos	420.300	370.982	2.122.625	2.007.206	

a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.

b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	30/09/2025
Amortizações para 2025	82.654
Amortizações para 2026	411.794
Amortizações para 2027	432.402
Amortizações para 2028 em diante	1.616.075
Total	2.542.925



Notas Explicativas

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R\$ 6,43630 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 6,2414 em 30 de setembro de 2025; 1 IENE equivalente a R\$ 0,03947 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 0,03595 em 30 de setembro de 2025; e 1 DÓLAR equivalente a R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 5,31860 em 30 de setembro de 2025.

A seguir, descrição de montantes, prazos e condições de cada fonte de recursos:

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$126.898 equivalente a €19.951.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total foi de ¥11.877.997 para as obras e de ¥2.529.198 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$337.224 equivalente a ¥ 9.378.020.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank (BEI), no valor de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 30 de setembro de 2025 não ocorreu nenhum desembolso.

FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi celebrado contrato de financiamento entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de R\$ 339.267 mil (equivalente a USD 55.000 mil). O objetivo do financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, com foco na ampliação da oferta de água potável e na expansão do sistema de esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.



Notas Explicativas

A operação possui taxa de juros composta pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate) acrescida de margem fixa de 3,59% ao ano. O desembolso integral dos recursos ocorreu em 30 de dezembro de 2024.

O contrato estabelece prazo total de 8 anos, sendo 2 anos de carência, durante os quais serão pagos apenas os encargos financeiros, e 6 anos de amortização do principal. O pagamento das parcelas semestrais tem início em 15 de setembro de 2027, com a última parcela prevista para 15 de setembro de 2032.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo devedor é de R\$293.511 equivalente a US\$ 55.184.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30/09/2025	31/12/2024
2010 A 2012	2034 a 2036	174.889	182.545

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

A totalidade das Debêntures da Série única da 2ª Emissão foi integralmente resgatada em 08 de maio de 2025.

Debêntures - 3ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

Notas Explicativas

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R\$793.659.

Debêntures - 4º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de fevereiro de 2025 (“Aprovação Societária”), foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até três séries, para Distribuição Pública.

O valor da emissão ficou em 125.000 mil (cento e vinte e cinco mil) referente às Debêntures da primeira série, 330.000 (trezentos e trinta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série, e um lote adicional de 170.000 (cento e setenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de terceira série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 9,9878% (nove inteiros, nove mil oitocentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de



Notas Explicativas

10,6573% (dez inteiros e seis mil quinhentos e setenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2030 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2027. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2032 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028. O vencimento final das Debêntures da Terceira Série ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2037 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028.

Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor das 4ª Emissão de Debêntures é de R\$601.289.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado antecipadamente o valor de R\$16.911 do contrato. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$17.751.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado antecipadamente o valor de R\$14.130 do contrato. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$31.749.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado antecipadamente o valor de R\$18.958 do contrato. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$45.532.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$23.077.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$45.314.

Notas Explicativas

Banco ABC

Em 24 de Maio de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 27 de junho de 2024 foi formalizado um aditivo contratual prorrogando o pagamento da amortização e ajustando a taxa de juros para 3,40% ao ano. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$29.673.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 29 de setembro de 2023 foi formalizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros. Em 27 de junho de 2024 foi realizado o 2º aditivo contratual prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 30 de setembro de 2025 o saldo devedor é de R\$22.359.

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e liquidado em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$3.939.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante:		
Provisão para férias e 13º salário	70.981	46.197
INSS	9.013	8.734
FGTS	2.092	2.982
IR s/folha de pagamento	7.115	9.791
Consignações	178	164
Salários	15.773	14.936
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	740	-
Outros	731	656
Total Circulante	106.623	83.460

Não Circulante:



Notas Explicativas

	30/09/2025	31/12/2024
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	11.468	-
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	4.292	4.292
Total Não Circulante	15.760	4.292

17.1. Plano Previdenciário CASANPREV

O plano CASANPREV, aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Em 30 de setembro de 2025 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$4.292 (R\$4.292 em 31 de dezembro de 2024).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2025:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2025
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.526)
1 Custo do serviço corrente bruto	830
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.356)
Custo líquido dos juros	175
Custo do benefício pós-emprego no período	(1.351)

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

17.2. Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV, referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R\$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R\$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R\$92.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possui contabilizado o montante total de R\$11.468, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%.

Notas Explicativas

As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	30/09/2025	31/12/2024
Circulante:		
REFIS	693	149
COFINS	12.284	12.332
COFINS PARCELAMENTO	26.710	24.615
PIS	2.653	2.670
PIS PARCELAMENTO	5.778	5.324
Imposto de Renda - retenções	255	177
Imposto de Renda sobre lucro real	101.826	75.565
PIS/COFINS/CSLL - retenções	908	485
INSS de terceiros	1.636	1.412
Contribuição social sobre lucro real	38.431	29.341
Outros	1.220	1.118
Total circulante	192.394	153.188
Não circulante:		
REFIS	2.161	468
COFINS PARCELAMENTO	51.625	66.023
PIS PARCELAMENTO	11.167	14.282
Total não circulante	64.953	80.773

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN – Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Saldo anterior	149	4.367	468	577
Transferências	293	148	(293)	(148)
Consolidação	497	-	1.986	-



Notas Explicativas

Atualizações (TJLP)	213	65	-	39
Amortizações	(459)	(4.431)	-	-
Total	693	149	2.161	468

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$51.748 em 30 de setembro de 2025 (R\$55.639 em 31 de dezembro de 2024), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Constituídas com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, as provisões são em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30/09/2025	31/12/2024
Provisão contingências cíveis	75.911	76.072
Provisão contingências trabalhistas	6.487	6.487
Total Provisões	82.398	82.559
Total Depósitos dados em garantia	(98.471)	(100.348)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(16.073)	(17.789)

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$422.529 (R\$290.855 em 31 de dezembro de 2024).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem trânsito em julgado.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável.

Notas Explicativas

Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	30/09/2025	31/12/2024
PDVI 2017 – Passivo Circulante	54.559	89.937
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	-	30.434
Total PDVI	54.559	120.371

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Gov. do Estado - SC (Precatórios) ¹	-	-	52.094	41.084	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	6.562	6.099	-	-	38.525	28.894	-	-
Celesc	69	122	-	-	806	-	98.091	100.871
Total	6.631	6.221	52.094	41.084	39.331	28.894	98.091	100.871

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2025 a abril de 2026 foi aprovada pela 55ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, no montante global de até R\$5.315. Em 2024 a aprovação se deu pela 54ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de até R\$4.827 para o período de maio de 2024 a abril de 2025.

Abaixo, apresentamos o quadro do acumulado no ano com remuneração dos administradores:



Notas Explicativas

Descrição	30/09/2025	30/09/2024
Salário ou Pró-labore	1.893	1.814
Benefícios diretos e indiretos	724	740
Representações	117	113
Diárias	53	28
Total	2.787	2.695

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 30 de setembro de 2025 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.355.289 (Um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, dezenove reais e sessenta e três centavos), representados por 1.150.656.560 ações (exatamente igual ao de dezembro de 2024).

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, assegurada a estas a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	30/09/2025			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

31/12/2024



Notas Explicativas

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

24.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 22 de abril de 2025, conforme deliberado na 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e na 143ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou a reversão do montante de R\$52.022, anteriormente destinado ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

24.3. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

24.4. Resultado por Ação

	30/09/2025	30/09/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	316.957	174.224
Quantidade total de ações	1.150.656.560	1.150.656.560
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,55077	0,15141

24.5. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.



Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R\$25.150, valor igual ao registrado em 31 de dezembro de 2024.

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	30/09/2025	30/09/2024
Tarifas de água	1.373.608	1.217.581
Tarifas de esgoto	406.421	338.272
Outras receitas de serviços de água	15.036	17.525
Outras receitas de serviços de esgoto	70	71
Total do faturamento	1.795.135	1.573.449
Impostos sobre vendas e outras deduções	(169.721)	(147.506)
Total receita líquida	1.625.414	1.425.943

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 30 de setembro de 2025, no montante de R\$450.334 (R\$390.226 em 30 de setembro de 2024).

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30/09/2025	30/09/2024
Salários e encargos*	435.951	389.733
Materiais	76.016	79.274
Serviços de terceiros	261.883	258.850
Gerais e tributárias	41.893	42.544
Depreciações, amortizações e provisões	130.433	123.837
Amortização direito de uso de bem	22.158	39.606
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	44.227	27.766
Recomposição de pavimentação	27.966	58.729



Notas Explicativas

	30/09/2025	30/09/2024
Fundos para programas municipais	69.926	21.223
Total	1.110.453	1.041.562

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	30/09/2025	30/09/2024
Salários	160.610	150.107
Férias, Abono e 13º Salário	46.065	42.059
Custos previdenciários	86.710	68.736
FGTS	18.968	17.650
Programa de alimentação	39.965	38.005
Programa de saúde	39.993	33.152
Gratificações	31.954	27.762
PDVI – Demissão voluntária incentivada	4.314	5.765
Outros benefícios	7.372	6.497
Total	435.951	389.733
Número de empregados	2.744	2.792

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1.581	1.067
Juros ativos	4.545	4.465
Rendimento de aplicações financeiras	43.339	24.237
Acréscimos por inadimplências contratuais	15.721	20.559
Ganho com recuperação de crédito	-	52
Total Receitas Financeiras	65.186	50.380
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(179.949)	(157.376)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	54.933	(24.175)
Multas e juros*	(9.012)	(14.965)
Correção monetária	-	(266)
Outras	(3.327)	(3.220)



Notas Explicativas

	30/09/2025	30/09/2024
Total Despesas Financeiras	(137.355)	(200.002)

Resultado Financeiro Líquido	(72.169)	(149.622)
-------------------------------------	-----------------	------------------

*Valores de multas e juros referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	30/09/2025	30/09/2024
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	556	4.668
Comissão prestação de serviços/convênios	828	810
Reversão causas trabalhistas	113	10.446
Reversão causas cíveis	158	10.191
Contribuições e doações	2.043	2.336
Outras	750	30
Total Outras Receitas Operacionais	4.448	28.481
Outras despesas operacionais		
Provisões causas cíveis	-	(12)
Fiscais e tributárias	(1.897)	(94)
Total Outras Despesas Operacionais	(1.897)	(106)
Outras Receitas e Despesas "Não Operacionais"		
Vendas de bens do imobilizado	4.577	1.019
Baixa de imobilizado	(227)	(488)
Total Outras Receitas e Despesas Não Operacionais	4.350	531
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	6.901	28.906

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.

A Companhia aluga 569 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

**Notas Explicativas****31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

A Companhia participou do processo licitatório do município, para permanecer com a concessão, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e apesar de ter ficado em segundo lugar no processo, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES**32.1. Aumento de Capital**

Em 22 de julho de 2025, a 469ª Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Companhia aprovou a abertura de nova operação de Aumento de Capital conforme deliberado pela 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Aumento de capital foi homologado em 21 de Outubro de 2025, com subscrição de 44.170.917 ações (20.897.323 ações ordinárias e 23.273.594 ações preferenciais), passando o capital social da Companhia para R\$ 1.407.315.280,89 (Um bilhão, quatrocentos e sete milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), representados por 592.975.802 (Quinhentos e noventa e duas milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e duas) Ações Ordinárias - ON, e 601.851.675 (Seiscentos e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal.

32.2. Redução tarifária

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 281/2024, de 25 de abril de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 027/2025, de 09 de outubro de 2025 ; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 310, de 15 de outubro de 2025; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 225, de 09 de outubro de 2025, aprovaram a redução de 4,21% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicada a partir do mês de dezembro de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Eventos Subsequentes

Aumento de Capital

Conforme consta na Nota Explicativa nº 32.1, em 22 de julho de 2025, a 469ª Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Companhia aprovou a abertura de nova operação de Aumento de Capital conforme deliberado pela 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO). O Aumento de capital foi homologado em 21 de Outubro de 2025, com subscrição de 44.170.917 ações (20.897.323 ações ordinárias e 23.273.594 ações preferenciais), passando o capital social da Companhia para R\$ 1.407.315.280,89 (Um bilhão, quatrocentos e sete milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), representados por 592.975.802 (Quinhentos e noventa e duas milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e duas) Ações Ordinárias - ON, e 601.851.675 (Seiscentos e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Redução tarifária

Conforme consta na Nota Explicativa nº 32.2, as Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 281/2024, de 25 de abril de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 027/2025, de 09 de outubro de 2025; e AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 310, de 15 de outubro de 2025; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 225, de 09 de outubro de 2025, autorizaram a redução de 4,21% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicada a partir do mês de dezembro de 2025. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), individual, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 03 de novembro de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2025.

Florianópolis, 10 de novembro de 2025.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores e Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Rosane Vettori
Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do período encerrado em 30 de setembro de 2025.

Florianópolis, 10 de novembro de 2025.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor-Presidente

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores e Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Rosane Vettori
Diretor Administrativo